

Marcelo Strama sai em defesa dos comerciantes após a restrição do Tarifa Zero em São Caetano

Vídeo de Marcelo Strama (PSB) do Ministério do Empreendedorismo do Governo Federal reacende o debate sobre a restrição do programa Tarifa Zero em São Caetano; Trabalhadores e Pequenos e médios empreendedores serão os mais impactados negativamente

A restrição do programa Tarifa Zero aos moradores de São Caetano do Sul passou a ser observada com atenção por pequenos e médios empreendedores do município.

A medida, apresentada pela administração municipal como parte da organização dos benefícios por meio do SancaGov, altera uma política que vinha influenciando diretamente a mobilidade de trabalhadores, consumidores e prestadores de serviço que circulam diariamente pela cidade

Embora o debate público tenha se concentrado no acesso ao ônibus gratuito, representantes ligados ao empreendedorismo e ao mercado de trabalho apontam que os efeitos podem ir além do transporte. A mudança pode impactar a folha de pagamento das empresas, a renda disponível dos trabalhadores e o movimento comercial de estabelecimentos locais.

Marcelo Strama (PSB), Diretor de Fomento no Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) do Governo Federal defende que o município busque alternativas para contemplar trabalhadores e consumidores que vêm de fora, mas participam da economia local.

“É legítimo que o município organize suas políticas públicas. Mas São Caetano também precisa reconhecer que parte importante da sua atividade econômica depende de pessoas que chegam todos os dias para trabalhar, consumir e prestar serviços. Quando essa circulação fica mais cara ou mais difícil, o impacto não aparece apenas no transporte. Ele chega ao caixa do pequeno e médio empreendedor”, afirma Strama.

Um dos pontos de atenção está no vale-transporte. Com a restrição da gratuidade para não moradores, trabalhadores formais que vêm de outros municípios podem voltar a ter desconto de até 6% no salário básico. Quando o custo do deslocamento

supera esse limite, a diferença fica a cargo do empregador.

Para grandes empresas, esse acréscimo tende a ser absorvido com mais facilidade. Para pequenos e médios negócios, no entanto, qualquer aumento na folha pode interferir na decisão de contratar, manter equipes ou ampliar operações.

“Empreender exige previsibilidade. O setor privado, especialmente o pequeno e médio empreendedor, é avesso a risco e instabilidade. Quando uma vantagem competitiva muda no meio do caminho, o empresário recalcula. Ele olha para a folha, para a rotatividade, para a dificuldade de contratar e para a segurança de investir no município”, avalia Strama.

A preocupação ocorre em um cenário no qual parte dos empresários já relata dificuldade para encontrar mão de obra. São Caetano tem uma dinâmica particular: muitos moradores vivem na cidade, mas trabalham em São Paulo ou em outros polos econômicos. Ao mesmo tempo, atividades operacionais do município dependem de trabalhadores que vêm de cidades vizinhas.

O professor Bruno Castro, que desenvolve pesquisa de monitoramento do mercado de trabalho formal, afirma que a mobilidade urbana precisa ser analisada como um componente da estrutura produtiva local.

“Quando analisamos o mercado de trabalho formal, percebemos que a mobilidade é um fator decisivo para a ocupação das vagas. São Caetano possui uma base econômica que depende de trabalhadores externos, especialmente em funções operacionais que e em grande parte são terceirizadas e precarizados. São seguranças, vigias, controladores de acesso, profissionais de limpeza, diaristas, caixas de supermercado e trabalhadores de apoio que garantem o funcionamento cotidiano de prédios, comércios, serviços e equipamentos urbanos”, explica Castro.

Segundo o professor, a restrição pode afetar diretamente a capacidade das empresas de atrair e reter trabalhadores. Se o deslocamento passa a pesar mais no orçamento ou na rotina, a vaga em São Caetano pode perder atratividade diante de oportunidades mais próximas da residência dos trabalhadores.

“O empresário local já disputa mão de obra com outros municípios. Quando o transporte gratuito deixa de ser uma vantagem, aumenta o risco de rotatividade. O trabalhador pode buscar uma vaga mais próxima de casa, e a empresa passa a lidar com novos custos de contratação, treinamento e adaptação”, analisa Castro.

O impacto também recai sobre a renda dos trabalhadores. Em funções operacionais, muitos profissionais vivem com orçamento apertado. Para quem

recebe salário líquido próximo de R\$ 1.800, o desconto do vale-transporte pode representar redução significativa da renda disponível.

“O desconto de até 6% não pode ser visto apenas como um número na folha. Para trabalhadores de menor renda, ele interfere em decisões básicas de consumo. É dinheiro que pode sair da alimentação, da farmácia, do mercado ou de pequenos gastos no comércio do próprio município”, afirma Castro.

Essa redução tende a repercutir nos estabelecimentos locais.

“Um trabalhador com menor renda disponível compra menos na padaria, reduz refeições fora de casa, posterga compras no mercadinho, evita gastos em bares, restaurantes e serviços de beleza. O efeito, portanto, começa no orçamento individual, mas pode se espalhar pela economia local”, completa Marcelo Strama.

A discussão sobre o Tarifa Zero, portanto, passa a envolver não apenas transporte, mas também emprego, renda e competitividade local. Em uma cidade integrada à dinâmica econômica do Grande ABC e da capital paulista, a forma como as pessoas se deslocam influencia diretamente a forma como empresas contratam, trabalhadores permanecem nos empregos e pequenos negócios mantêm seu movimento diário.

<https://imprensaabc.com.br/2026/06/26/marcelo-strama-sai-em-defesa-dos-comerciantes-apos-a-restricao-do-tarifa-zero-em-sao-caetano/>

Veículo: Online -> Site -> Site Imprensa ABC

Seção: São Caetano